

Participação política das mulheres na reforma do sistema político

O conceito de participação política tem sido hegemonicamente utilizado para tratar da participação nos espaços da democracia representativa. Para pensar para além disso, o feminismo deve enfrentar os desafios políticos para avançar na participação política das mulheres que, com certeza, não estarão realizados somente na democracia representativa.

A superação da desigualdade das mulheres e os direitos das mulheres são, hoje, causas legitimadas na sociedade, mas essa legitimação não é entendida da mesma forma por todas as correntes políticas e teóricas, evidentemente.

Do ponto de vista de muitos setores, dentro e fora do feminismo, essa legitimação é um ganho paulatino e sem contradições. Para outros, ela deve ser tomada como um momento de acumulação de forças para mostrar as contradições e avançar dialeticamente nos processos de transformação.

E é nessa última perspectiva que deve ser colocada a questão da Reforma Política. Pois, se pensarmos a Reforma só como uma oportunidade de abrir mais espaço para as mulheres, individualmente, ocuparem espaços de poder nos parlamentos, nos governos e nos partidos, teremos uma perspectiva que não questionará os

marcos que estão dados na mídia, no parlamento, na maioria dos partidos, e mesmo nas análises acadêmicas.

Mas, se pensarmos a Reforma a partir das contradições do contexto social e da relação entre feminismo e poder político, com certeza iremos mais longe no questionamento.

A relação com os partidos neste debate é fundamental, uma vez que são os partidos políticos os sujeitos condutores do processo e, em última instância, aqueles que definirão os resultados. A correlação de força exige uma imensa capacidade de mobilização dos movimentos sociais para interferir nesse processo, e os partidos serão aí, também, os catalizadores de toda ação voltada para os trabalhos no Parlamento.

Na década de 1970, as feministas estavam no movimento e muitas também estavam nos partidos. Havia um acirrado debate sobre a dupla militância X autonomia. Os conflitos eram grandes, mas o debate era vigoroso e estratégico, para os dois campos, do partido e dos movimentos. Superada a perspectiva insurrecional dos partidos de esquerda, a partir dos anos 1980, todos eles, ou pelo menos a maioria, tomou o caminho da democracia representativa como forma de alcançar o poder. Assim,

a crítica à democracia, burguesa ou liberal, representada nessa forma de democracia, foi perdendo a densidade. Hoje, praticamente não existe ou é incipiente. Quanto ao feminismo como movimento, a questão da participação e do poder também não estão inteiramente redefinidos.

De outro lado, o movimento feminista é publicamente cobrado a mostrar resultados na ocupação dos lugares de poder, pelas mulheres. Isso se faz, em geral, a partir de uma visão sobre participação política apenas como aquela feita através dos partidos para ocupar os espaços do poder no sistema institucionalizado, que não leva em conta a importância da organização das mulheres como movimento, tampouco suas estratégias e objetivos.

Uma estratégia fundamental de poder é o fortalecimento do movimento de mulheres. É pelo crescimento e radicalização do movimento que a questão do poder se coloca, para alcançá-lo, para transformá-lo. Movimento forte é poder e aliança entre feministas dentro dos partidos e nos movimentos é estratégica para defesa das bandeiras do movimento, mas, também, como uma forma de fortalecimento das mulheres no interior dos partidos.

É possível enfrentar essa Reforma sem construir alianças no interior do movimento feminista, com outros movimentos sociais e com os partidos? Para isso, temos que construir os mecanismos de relação democrática entre partidos e movimentos e, ainda, no interior do próprio movimento.

Para o feminismo, a democracia direta sempre foi uma questão de organização da prática política, mas, também, como uma questão teórica sobre a perspectiva de transformação que deve ser levada. As mulheres estão massivamente nos movimentos sociais, nos mecanismos de democracia participativa. Sem fortalecer esses três níveis (representativa, direta e participativa), não há como democratizar a democracia.

A própria democracia representativa não conseguirá avançar sem um movimento político mais intenso que extrapole o sentido da luta política para além do período eleitoral, e supere esse sistema no qual uma minoria tem acesso ao poder de decisão e a maioria (com direito ao voto que delega esse poder), é totalmente subtraída dos meios de participação nas decisões políticas. Como se na relação, eleitoras/es e eleitas/os através do voto, fosse esgotada toda capacidade de luta e resistência social. Sem falar que essa relação (candidatas/os X eleitoras/es), intensamente mediada pelo poder econômico e pelos meios privados de comunicação, os quais fazem parte desse poder econômico.

É um compromisso histórico do feminismo a defesa de formas mais diretas de participação política e mais democratizadas de exercício de poder. A idéia da esfera política como um espaço *a priori* da igualdade, é uma visão liberal e, além disso, formalista da igualdade. Mas é, sobretudo, uma falsa idéia de igualdade.

Da organização original (tomando os anos 60 do século XX

como marco do feminismo contemporâneo), que tinha como objetivo o confronto com a “velha ordem social” sem mediações ou metas, o movimento feminista tem hoje uma responsabilidade historicamente adquirida de construir uma democracia na qual as mulheres participem integralmente. Isto implica, inclusive, em reconsiderar os significados dos próprios conceitos de cidadania e democracia.

No Brasil, o movimento feminista contemporâneo se organizou

ainda sob o regime militar e está, desde a sua origem, envolvido no processo de democratização do país. Neste contexto, o movimento feminista se situou, historicamente, no campo da esquerda. Isso significa que sua perspectiva de luta sempre deve ser a da transformação social.

O feminismo foi e deve continuar sendo revolucionário no combate à ordem dominante e avançar na reflexão crítica que pode orientar as estratégias políticas para o enfrentamento dessa ordem.